

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.125, DE 2020

Acrescenta o artigo 60-B e altera o artigo 63 da Lei 11.343 de 06 de agosto de 2006 para possibilitar ao magistrado a decretação da apreensão da Carteira Nacional de Motorista – CNH e da suspensão do direito de dirigir, nas hipóteses em que especifica.

Autor: Deputado RUBENS PEREIRA JÚNIOR

Relator: Deputado ALENCAR SANTANA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.125, de 2020, foi apresentado em 04/06/2020, pelo Deputado Rubens Pereira Júnior, com o seguinte teor:

Acrescenta o artigo 60-B e altera o artigo 63 da Lei 11.343 de 06 de agosto de 2006 para possibilitar ao magistrado a decretação da apreensão da Carteira Nacional de Motorista – CNH e da suspensão do direito de dirigir, nas hipóteses em que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Esta Lei acrescenta o artigo 60-B e altera o artigo 63 da Lei 11.343 de 06 de agosto de 2006, para possibilitar a decretação da apreensão da Carteira Nacional de Motorista – CNH e da sua suspensão do direito de dirigir, nas hipóteses em que especifica.

Art. 2º - Fica acrescentado o artigo 60-B à Lei 11.343 de 06 de agosto de 2006, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 60-B. O juiz, a requerimento do Ministério Público ou do assistente de acusação, ou mediante representação da autoridade de polícia judiciária, poderá decretar, no curso do inquérito ou da ação penal, a apreensão da Carteira Nacional de Motorista do investigado ou acusado, quando haja suspeita



de que ele utilizou veículo para o transporte de drogas, procedendo-se na forma dos artigos. 125 e seguintes do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

§1º. O prazo de apreensão da Carteira Nacional de Motorista de que trata o caput deste artigo será estabelecido pelo juiz, podendo perdurar somente até a sentença de primeiro grau, quando o magistrado decidirá sobre a suspensão do direito de dirigir, ou até o arquivamento do inquérito, se não apresentada a denúncia.

§2º. A apreensão da Carteira Nacional de Motorista de que trata o caput deste artigo poderá ser suspensa pelo juiz, ouvido o Ministério Público". (NR).

Art. 3º - O artigo 63 da Lei 11.343 de 06 de agosto de 2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 63.....

. III – a suspensão do direito de dirigir, quando o acusado houver utilizado veículo para o transporte de drogas.

.." (NR). Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Constou de sua Justificação:

A Lei 11.343 de 06 de agosto de 2006 – Lei de drogas, estabelece, entre outras, normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas.

Dentre os vários aspectos tratados na Lei em comento, o artigo 60 prevê a possibilidade de apreensão e outras medidas assecuratórias nos casos em que haja suspeita de que os bens, direitos ou valores sejam produto do crime ou constituam proveito dos crimes previstos na Lei.

Entretanto, a norma em tela é omissa acerca da possibilidade de apreensão de CNH quando o acusado ou investigado for suspeito de ter utilizado veículo para o transporte de drogas. Igualmente, a lei não normatiza sobre a possibilidade de suspensão do direito de dirigir quando, comprovadamente, o acusado tiver utilizado veículo para transporte de drogas.

Deste modo, é relevante que a Lei Especial de Drogas preveja tal possibilidade, até em razão de a inabilitação para dirigir já estar definida no Código Penal como efeito da condenação (art.

* C D 2 3 3 2 1 7 5 8 5 3 0 *



92) quando o crime for dolosamente praticado se utilizando do veículo como objeto para a prática do ato.

A proposição foi distribuída à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e a esta Comissão Permanente.

Sujeita-se à apreciação conclusiva das Comissões e ao regime ordinário de tramitação.

Na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, foi sufragado o parecer, do Deputado Marcel Van Hattem, pela aprovação do Projeto de Lei com Substitutivo, do que se extrai o seguinte:

No sentido de evitar, contudo, discussões acerca de qual espécie de droga estaria sujeita à medida constritiva, apresentamos Substitutivo adaptando a redação àquela já empregada pela Lei Antidrogas. Aproveitamos para corrigir a terminologia, alterando a expressão “Carteira Nacional de Motorista” contida na ementa e no texto do projeto, para “Carteira Nacional de Habilitação”, que é a utilizada pelo Código Nacional de Trânsito.

E eis o teor do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado:

SUBSTITUTIVO AO PL 3125, DE 2020

Acrescenta o art. 60-B e altera o art. 63 da Lei nº 11.343, de 6 de agosto de 2006, para possibilitar ao magistrado a decretação da apreensão da Carteira Nacional de Habilitação – CNH e da suspensão do direito de dirigir, nas hipóteses em que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei acrescenta o art. 60-B e altera o art. 63 da Lei nº 11.343, de 6 de agosto de 2006, para possibilitar a decretação da apreensão da Carteira Nacional de Habilitação – CNH e da sua suspensão do direito de dirigir, nas hipóteses em que especifica.

Art. 2º A Lei nº 11.343, de 6 de agosto de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:



“Art. 60-B. O juiz, a requerimento do Ministério Público ou do assistente de acusação, ou mediante representação da autoridade de polícia judiciária, poderá decretar, no curso do inquérito ou da ação penal, a apreensão da Carteira Nacional de Habilitação do investigado ou acusado, se houver suspeita de que ele utilizou veículo para a prática dos crimes definidos nesta lei, procedendo-se na forma dos arts. 125 e seguintes do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

§ 1º O prazo de apreensão da Carteira Nacional de Habilitação de que trata o caput será estabelecido pelo juiz, podendo perdurar somente até a sentença de primeiro grau, quando o magistrado decidirá sobre a suspensão do direito de dirigir, ou até o arquivamento do inquérito, se não apresentada a denúncia.

§ 2º A apreensão da Carteira Nacional de Habilitação de que trata o caput poderá ser suspensa pelo juiz, ouvido o Ministério Público. (NR)”

“Art.

63. III – a
suspensão do direito de dirigir, se o acusado houver utilizado
veículo para a prática dos crimes definidos nesta
lei. (NR)”

Nesta Comissão, transcorreu *in albis* o prazo para a apresentação de emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 32, inciso IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a esta Comissão compete a apreciação da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito do PL nº 3.125, de 2020, e do Substitutivo aprovado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.



O Projeto de Lei e o Substitutivo não se ressentem de inconstitucionalidade formal, pois respeitadas as regras de competência e de iniciativa: CRFB, arts. 22, I, 48, *caput*, e 61.

Passa-se, então, ao exame da técnica legislativa do Projeto de Lei. Como já assinalado no parecer da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, houve o emprego indevido da expressão “carteira nacional de motorista”. O equívoco já foi expungido no Substitutivo, mediante a substituição por “carteira nacional de habilitação”.

Foi também utilizado, incorretamente, nos termos da Lei Complementar 95/1998, o hífen após cada a indicação dos artigos. Igualmente, foi errônea o emprego do ponto após os números dos parágrafos. Houve, também, o uso equívoco do travessão, em vez do hífen, na referência a inciso. Todos esses aspectos são corrigidos pela apresentação de Subemenda Substitutiva.

Portanto, tanto o Projeto quanto o Substitutivo ressentem-se de discretas impropriedades de técnica legislativa.

No mérito, as ideias veiculadas no Projeto e no Substitutivo são oportunas.

Note-se que é proposta a inserção, na Lei nº 11.343/2006, de uma medida cautelar pessoal e uma pena (ou um efeito da condenação), relativamente à hipótese em que o sujeito emprega veículo automotor para a prática de crime previsto na Lei de Drogas.

Ocorre que, com todo respeito ao autor do Projeto e ao Relator na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, foi inadequada a inserção dos institutos no Capítulo “Da Apreensão, Arrecadação e Destinação de Bens do Acusado”.

Como a carteira de habilitação, em si, é apenas um documento, não é tal direito que deverá ser o objeto da medida cautelar e da consequência penal.

Observe-se como a temática é tratada no Código de Trânsito Brasileiro:



Art. 294. Em qualquer fase da investigação ou da ação penal, havendo necessidade para a garantia da ordem pública, poderá o juiz, como medida cautelar, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público ou ainda mediante representação da autoridade policial, decretar, em decisão motivada, a suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor, ou a proibição de sua obtenção.

Parágrafo único. Da decisão que decretar a suspensão ou a medida cautelar, ou da que indeferir o requerimento do Ministério Público, caberá recurso em sentido estrito, sem efeito suspensivo.

Portanto, a apreensão do documento é apenas medida de caráter administrativo, não representando, em si, a medida cautelar pessoal que se pretendeu inserir.

Demais disso, não se mostra apropriada a inserção da pena de suspensão do direito de dirigir no Capítulo “Da Apreensão, Arrecadação e Destinação de Bens do Acusado”.

Também, aqui, a Subemenda Substitutiva promove o saneamento.

Segue-se, então, para análise conglobante da constitucionalidade material e do mérito.

O Projeto de Lei e o Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado são dignos de aplauso, porquanto enaltecem o bem jurídico saúde pública, nos termos dos arts. 196 e seguintes da Lei Maior.

E, destaque-se, as alterações na Lei nº 11.343, de 2006, são oportunas, representando meios eficientes para a dissuasão do emprego de veículos automotores na criminalidade de drogas.

Ora, é extrema de dúvidas que a utilização de veículos automotores é uma preocupação significativa das instâncias formais de controle. Nesse sentido:



PF desarticula esquema de tráfico de drogas em caminhões na Dutra

6/10/2022

Ação busca aprofundar investigações iniciadas em julho deste ano, após a apreensão de três toneladas de maconha na rodovia Dutra, em Lavrinhas

A Polícia Federal deflagrou a operação Complemento de Carga, nesta quinta-feira (06), em Cascavel (PR). A ação busca aprofundar investigações iniciadas em julho deste ano pela Delegacia de Cruzeiro, após a apreensão de três toneladas de maconha na rodovia Dutra, em Lavrinhas. O produto ilícito tinha como destino o Rio de Janeiro. (<https://www.band.uol.com.br/band-vale/noticias/pf-desarticula-esquema-de-traffic-de-drogas-em-caminhoes-na-dutra-16546349>, consulta em 12/05/2023)

Detento chefiava grupo que traficava drogas em carros de luxo, diz MP-GO

Operação Dublê cumpriu dois dos quatro mandados de prisão no estado.

Quadrilha é suspeita de atuar em Goiás, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

27/22/2014

De acordo com o MP, a base da quadrilha era o Mato Grosso do Sul. Lá, os suspeitos roubavam e clonavam carros de luxo para fazer o transporte das drogas que seriam distribuídas nos outros dois estados. Daí o nome da operação, em razão da modificação dos veículos.

O Gaeco acredita que pelos menos mais seis pessoas possam estar envolvidas com a quadrilha somente em Goiás.

Transportadoras

Em Goiás, além dos mandados de prisão, foi cumprido um mandado de sequestro de bem, uma caminhonete GM S10, que foi adquirida com dinheiro oriundo do tráfico. Outros cinco mandados de busca e apreensão também foram executados, sendo três deles em transportadoras de veículos suspeitas de participar do esquema.

(...)

Ostentação

Uma das características do grupo criminoso, segundo as investigações, era o fato de sempre usar veículos de luxo para



fazer o transporte das drogas. A quadrilha também ostentava fotos com bens valiosos, como motos importadas e lanchas, nas redes sociais. Para tentar não levantar suspeitas, algumas vezes o grupo enviava os veículos usados para o transporte do entorpecente em caminhões cegonha.

(<https://g1.globo.com/goias/noticia/2014/11/detento-chefiava-grupo-que-trafficava-drogas-em-carros-de-luxo-diz-mp-go.html>, consulta em 12/05/2023)

Portanto, com a Subemenda Substitutiva apresentada, passa-se a prever uma medida cautelar pessoal e um efeito da condenação, quando o crime previsto na Lei nº 11.343, de 2006, é perpetrado utilizando-se de veículo automotor.

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.125 com o Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, na forma da anexa Subemenda Substitutiva ao Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado ALENCAR SANTANA
Relator



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Moderniza a persecução penal nos crimes previstos na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, prevendo que a prática de tais delitos pode ensejar medida cautelar pessoal e efeito da condenação consistente na suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor, ou a proibição de sua obtenção.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei moderniza a persecução penal nos crimes previstos na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, prevendo que a prática de tais delitos pode ensejar medida cautelar pessoal e pena de suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor, ou a proibição de sua obtenção.

Art. 2º A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 47-A. Nos crimes previstos nesta lei, quando praticados com o uso de veículo automotor, é efeito da condenação a suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor, ou a proibição de sua obtenção.” (NR)

“Art. 48-A. Em qualquer fase da investigação ou da ação penal, havendo necessidade para a garantia da ordem pública, poderá o juiz, como medida cautelar, a requerimento do Ministério Público ou ainda mediante representação da autoridade policial, decretar, em decisão motivada, a suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor, ou a proibição de sua obtenção.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado ALENCAR SANTANA
Relator

Apresentação: 12/06/2023 12:39:07.990 - CCJC
PRL 1 CCJC => PL 3125/2020

PRL n.1



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alencar Santana
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233217585300>

